



CONSULTA

A CMNA submete a análise do Departamento Jurídico o Projeto de Lei nº 09/2023 de autoria do Chefe do Poder Executivo, que prorroga em 12 meses o prazo previsto na lei n. 1.673/2022 para término da obra.

PARECER 268/2023

CONSTITUCIONALIDADE FORMAL

A constitucionalidade formal extrai-se da análise do trinômio *competência-iniciativa-procedimento*.

Competência

Dispõe o art. 30, I e V, da CF/88:

LOM

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (NR)

O projeto em questão atende, no que se vê, ao quesito competência, porquanto atua em questão de interesse local.

Procedimento

O **procedimento** legislativo mostra-se adequado e regular até o presente momento, não havendo qualquer mácula a apontar.

Iniciativa

O Chefe do Poder Executivo possui legitimidade para encetar processo legislativo tratando do tema objeto da proposição.

CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, JURIDICIDADE E DA LEGALIDADE

A constitucionalidade material diz respeito ao conteúdo do projeto, que deve, em todos os seus termos, amoldar-se ao texto constitucional.

Juridicidade e legalidade, por sua vez, são características da norma que se amolda a legislação infraconstitucional, doutrina e jurisprudência dos Tribunais Pátrios.

No caso em tela, o PL contém mácula sanável que abordo em tópico posterior, onde apresento sugestão de emenda.

Atendida a recomendação contida neste parecer, o PL não conterá máculas de inconstitucionalidade, injuridicidade ou ilegalidade.

TÉCNICA LEGISLATIVA

Quanto ao aspecto da técnica legislativa, observo o atendimento às regras previstas na Lei Complementar Federal nº 95/98, que rege a redação dos atos normativos.

RECOMENDAÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

A donatária foi beneficiada com doação de imóvel público pela lei 1.673/2022:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA³⁴⁴
Estado de Mato Grosso do Sul

LEI Nº 1.673, de 7 de Abril de 2022.

Autoriza o Poder Executivo realizar a doação gratuita com encargos de imóvel para a pessoa jurídica Serralheria Sena LTDA, CNPJ 23.522.141/0001-70, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, constantes na Lei Orgânica do Município, especialmente no inciso IX do art. 36 da Lei Orgânica,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Nova Andradina autorizado a realizar a doação gratuita com encargos à pessoa jurídica SERRALHERIA SENA LTDA, CNPJ: 23.522.141/0001-70, do terreno designado pelo lote 03, da quadra 15, situado na Avenida Bellinato ZI-1 – Zona Industrial Um, distando 32,00 metros da Rua Gaspar Olimpio Godin, localizado no Distrito Industrial José Marques, neste Município de Nova Andradina, com área total de 1.600,00m² (um mil e seiscentos metros quadrados), objeto da matrícula nº. 34.943, do 1º Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Nova Andradina-MS.

Foi-lhe concedida o prazo de 180 dias para construção das instalações e mais 180 para iniciar as atividades.

O art. 7º previu a revogação da benefício em caso de descumprimento.

O prazo foi descumprido.

Ora o Poder Executivo remete ao Legislativo PL para conceder mais 12 meses para cumprimento das obrigações.

O prazo é irrazoável e destoa da lei que criou o PRODINAN, que prevê não 180 dias, mas 3 meses.

Por outro lado, considerando sobretudo que se trata de um “presente” do Poder Público ao particular (**em 2021 foi avaliado em R\$ 163.616,00**) (fl. 89-91 do processo administrativo), o descumprimento de obrigações por parte do beneficiado não pode resultar em mais benefício, mas em reprimenda, restrição de prazos e, se o caso, **revogação** da doação, nos precisos termos da lei municipal n. 1.673/2022.

Vale frisar que a posição do Poder Executivo, inicialmente foi pelo **distrato** da doação. Vide fls. 376-377 do processo administrativo:

Intime o doador para arquivar o depósito da
escritura pública. Caso não o faça, divida os autos para 16m
promover a ação competente.
N. 4/15, 01.05.23
[Assinatura]

Apesar disso, posteriormente a Administração resolveu encaminhar o presente PL concedendo mais 12 meses de prazo.

À vista do exposto e em atenção às diretrizes da lei n. 1.258/2015, aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e indisponibilidade do patrimônio e interesse público, sugiro a apresentação de **EMENDA MODIFICATIVA** para adoção da seguinte redação:

"Art. 1º. Fica concedido o prazo de mais 6 (seis) meses, contados da publicação desta lei, para o término das respectivas obras de construção das instalações físicas do prédio e início das atividades da empresa beneficiada pela lei ordinária n. 1.673 de 7 de abril de 2022, ficando mantidas todas as demais obrigações já assumidas pela donatária."

MÉRITO DO PROJETO DE LEI

A análise do teor, do mérito do projeto de lei, refoge da esfera de atuação deste Departamento Jurídico, uma vez que constitui prerrogativa dos Parlamentares Municipais declarar se o projeto em questão é bom, justo, se reverbera o interesse coletivo.

Por tais razões o órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade¹.

¹ Enunciado n°. 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União.

INSTRUÇÕES AOS PLENÁRIO

Instrumento Normativo	Projeto de lei ordinária
Quórum de votação	Maioria simples (dos presentes)
Turno de votação	Único
Interstício	Não
Modalidade de votação	Simbólica
Votação pelo Presidente	Somente para desempate

CONCLUSÃO

Assim analisado, **DESDE QUE** atendida a recomendação contida no tópico anterior, concluo pela **CONSTITUCIONALIDADE**, LEGALIDADE, JURIDICIDADE do Projeto de LEI *sub examen*,

É o parecer, smj..²

Nova Andradina - MS, 30/06/2023.

FERNANDO.....
ADVOGADO – OAB/MS

² O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada de decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. O parecer não vincula a autoridade competente que tem poder decisório. Sublinha-se, por oportuno, que o agente a quem incumbe opinar não tem poder decisório sobre a matéria que lhe é submetida. (MS 24.073-3 DF – STF).